


RESENHA

Bignotto, Newton. *Golpe de Estado: História de uma ideia*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021. 383p.

 10.21680/1983-2109.2022v29n58ID27729

Pedro Augusto Pereira Guimarães
Universidade Federal do Minas Gerais (UFMG)

 0000-0001-9037-8151
pedrobaependi@hotmail.com

O livro “Brasil à procura da Democracia: da Proclamação da República ao século XXI (1889-2018)”, publicado pela editora Bazar do tempo mal completou um ano e Newton Bignotto publicou outro livro pela mesma editora: “Golpe de Estado: história de uma ideia”. Enquanto no livro anterior Bignotto deixou para se posicionar diante do governo Bolsonaro no final do livro, neste último livro o autor se posicionou diante do *impeachment* da presidenta Dilma (PT) logo no início e se alinhou aqueles que consideram que se tratou de um golpe de Estado parlamentar (BIGNOTTO, 2021, pp. 21-22).

Todavia, o leitor não deve esperar do autor uma reconstituição dos acontecimentos que eclodiram no *impeachment* da presidenta Dilma (PT) nem uma avaliação dos argumentos daqueles que consideram que foi golpe e daqueles que consideram que não foi. Ao desenvolver a gênese do conceito de golpe de Estado, Bignotto entra na disputa semântica em torno do conceito. Desse modo, o autor tem, por um lado, uma abordagem indireta na medida em que evita essas discussões em torno da narrativa e, por outro lado, uma abordagem direta na medida em que entra na disputa semântica em torno do conceito e uma disputa que também é travada por aqueles que conspiram contra um poder. Esse tipo de abordagem é produtivo porque o autor consegue evitar se indispor com aqueles leitores que têm uma orientação política diferente e oferece as ferramentas conceituais para o leitor se posicionar e/ou rever sua posição.

A hipótese defendida por Bignotto é a de que o conceito de golpe de Estado torna-se mais claro quando compreendido à luz da tópica da conquista e

conservação do poder e não somente de um desses aspectos. O principal argumento mobilizado pelo autor é que durante a história do conceito novas camadas de significados foram agregadas e não sobrepostas uma à outra. Isso faz com que os atores políticos e os analistas nem sempre consigam enxergar todas as camadas de significados do conceito, justamente por desconhecerem sua história. Além disso, o conceito que foi mobilizado inicialmente no registro da filosofia política, foi expandido para outros registros como o Direito, as ciências sociais, a ciência política, a literatura, resultando em uma abordagem diferente do conceito em cada um desses registros. Com efeito, os seis capítulos do livro acompanham a história do conceito de golpe de Estado do século XVI ao XXI.

No primeiro capítulo, Bignotto inicia o livro com Maquiavel, do qual é um especialista, por uma razão metodológica e teórica. A razão metodológica é que Maquiavel prepara o terreno para a definição de alguns conceitos a partir dos quais o conceito de golpe de Estado será desenvolvido. A razão teórica é que para Maquiavel toda ação política está submetida às contingências e às incertezas, isto é, à fortuna, que exige virtù dos atores políticos envolvidos para a ação política ter êxito. A noção de fortuna nos ajuda a entender os limites das ações políticas e o golpe de Estado que é uma ação política limite. Nos três primeiros capítulos Bignotto destaca a influência da fortuna no curso dos acontecimentos políticos. No quarto e quinto capítulo Bignotto mostra como que a influência da fortuna nos acontecimentos políticos é pretensiosamente anulada pela abordagem da sociologia, que introduz o econômico no político e considera, à luz de uma visão teleológica da história, os acontecimentos como algo inevitável, e pela abordagem da ciência política que estimulada pelo conceito de progresso, introduz o elemento da técnica a fim de prever os acontecimentos políticos. Ora, se um acontecimento é inevitável e/ou previsível, a fortuna perde espaço na descrição e explicação desses acontecimentos. O que Bignotto faz no último capítulo é restabelecer a importância da fortuna identificando os limites da abordagem da própria ciência política.

No segundo capítulo, Bignotto mostra que o conceito de golpe de Estado vem do termo francês *Coup d'État* que começou a circular no debate político francês do século XVII. Gabriel Naudé foi o pensador que definiu o conceito de modo mais preciso. O golpe de Estado, como fato e como conceito tem sua origem no Antigo Regime e envolvia um meio extraordinário para conservar o poder. Como essa ação política continha elementos amorais, ela precisava ser tramada e executada em segredo. É por isso que nós não podemos esperar que os atores políticos envolvidos em uma conspiração, admitam que sua ação política para conservar ou conquistar o poder foi um golpe de Estado. O golpe de Estado

aparece para os atores políticos envolvidos como uma necessidade e para aqueles que o acusam como uma denúncia. “Afinal” enfatiza o autor, “nenhum conspirador nomeia seus fatos como eles são” (BIGNOTTO, 2021, p. 229).

Uma característica que o leitor percebe no primeiro capítulo, quando Bignotto identifica o recurso à violência como uma nova camada de significado agregada ao conceito, e solta para os golpes de Estado ocorridos recentemente na América Latina, é que o filósofo olha para o passado sem perder de vista o presente. Essa característica acompanha todo livro e é uma clara influência de Claude Lefort¹, que foi seu orientador no doutorado. Desse modo, Bignotto se coloca como um grande expoente desse paradigma lefortiano de fazer filosofia.

Como o golpe de Estado era um fato e um conceito relacionado ao Antigo Regime, e a Revolução Francesa foi um acontecimento histórico que rompeu com o Antigo Regime e introduziu a modernidade, ela ocupa um lugar importante nas reflexões de Newton Bignotto, que já a examinou em outras ocasiões e por outras tópicas², é examinada no terceiro e quarto capítulo.

No caso deste livro em especial, o interesse pela Revolução Francesa se dá pelo fato dela ter criado um novo mundo e vocabulário político a partir do qual os atores políticos pensavam os acontecimentos e norteavam suas ações. Nesse sentido, as dimensões normativa e descritiva da própria filosofia política ficam mais claras na medida em que o autor explora o modo como as alterações semânticas de um conceito acompanham as transformações sociais.

Como o conceito de golpe de Estado estava vinculado às estruturas do Antigo Regime e os revolucionários pretendiam fundar um mundo novo, eles não podiam mobilizar um operador linguístico vinculado ao Antigo Regime (BIGNOTTO, 2021, p. 183). Isso fez com que o conceito de golpe de Estado entrasse em um período de latência durante a revolução. Outros termos equivalentes como conjuração, conspiração, usurpação, foram ocupando as enciclopédias, os dicionários e predominando seu aspecto negativo.

Ainda que os atores políticos do século XVIII não recorressem ao conceito de golpe de Estado para descrever certas ações políticas, um historiador e filósofo contemporâneo mesmo correndo o risco de anacronismo podem considerar muitas ações realizadas naquele período como golpe de Estado. Sem deixar de distinguir revolução de golpe de Estado, Bignotto (2021, p. 144) compara o Terror Revolucionário a um golpe de Estado: “dizendo com uma pitada de anacronismo,

¹ Cf. LEFORT, Claude. LEFORT, Claude. "Filósofo?" In: LEFORT, Claude. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso, 1999.

² Cf. BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

os revolucionários se autorizaram a recorrer a um golpe de Estado, para preservar o que acreditavam ser os ganhos da Revolução e da República”. Como aquele período o debate político estava dominado pelos conceitos de revolução, constituição e república, não ocorreu aos atores políticos fazerem essa analogia.

Outro golpe de Estado ocorrido nesse tempo que marcou o fim da Revolução Francesa foi o 18 Brumário. Um ponto destacado por Bignotto no curso do 18 Brumário é justamente a influência da fortuna. Joseph Sieyès, convocou os Antigos e o Conselho dos quinhentos para uma reunião no salão do palácio de Saint-Cloud sob o pretexto de protegê-los contra uma suposta conspiração dos jacobinos. A intenção de Sieyès, que conspirava com Napoleão, era afastar os representantes do povo da cidade e intimidá-los com a tropa do Napoleão. Foi então que a fortuna começou a operar. Um atraso nos preparativos do salão do palácio deu tempo para os políticos conversarem e se informarem sobre a situação. O próprio Napoleão se atrapalhou entrando na sala errada e fazendo um discurso nada comovente. Apesar de Napoleão não ter tido fortuna, seu irmão Lucien Bonaparte teve virtù. Ele recorreu à força para conter seus colegas enquanto o general Murat ordenou aos soldados que destituíssem os políticos. Desse modo, Napoleão pôs fim a Revolução Francesa e iniciou seu império que durou até 1815.

Com o fim da Revolução Francesa o conceito de golpe de Estado voltou a circular no debate político francês e se tornou popular durante a Segunda República Francesa. O conceito era mobilizado principalmente para descrever a tomada do poder pelo Napoleão Bonaparte. Nesse sentido se destacam as interpretações liberal e socialista.

Dentro da interpretação liberal, se destaca as formulações de Benjamin Constant e François Guizot. Constant começou a utilizar o termo golpe de Estado nos seus textos em 1815 sem chegar a elaborar uma teoria sobre ele. O que Constant fez foi consolidar a expansão do conceito de golpe de Estado para o registro do Direito que foi iniciado pelo John Locke no século XVII. Nesse novo registro o conceito recebeu uma nova abordagem. A Constituição se tornou o referencial teórico fundamental para avaliar as ações políticas e predominou o aspecto legal. O golpe de Estado passou a ser considerado uma ação política “extrajudicial”, ilegal e inconstitucional. Com essa expansão para o registro do Direito, o golpe de Estado perdeu a justificativa que ele tinha no Antigo Regime e passou a predominar seu aspecto negativo.

Guizot chegou a escrever um panfleto sobre o golpe de Estado e as crises de seu tempo. Tal como Constant, pensava o golpe de Estado no registro do Direito e o considerava uma medida política ilegal e inconstitucional. Guizot acrescentou

uma nova camada de significado ao conceito de golpe de Estado ao defini-lo como uma tomada violenta do poder. Quer dizer, até o século XVII, o recurso à violência estava relacionado ao aspecto da conservação do poder. A partir do século XIX, o recurso à violência também passou a ser relacionado ao aspecto da conquista do poder (BIGNOTTO, 2021, p. 202).

Dentro da interpretação socialista, se destaca as interpretações de Joseph Proudhon e Karl Marx. Eles expandiram o conceito para o registro do que posteriormente ficou conhecido como sociologia, e fizeram outra abordagem. Partindo da noção da luta de classes e de uma visão teleológica da história eles introduziram o econômico no político e consideraram esses acontecimentos inevitáveis. Como a abordagem sociológica considera esses acontecimentos à luz de uma teoria da história como algo inevitável, ela acaba enfraquecendo a fortuna ou a percepção dela.

Esse enfraquecimento da fortuna é endossado pela presença da técnica, que estimulado pela noção de progresso marca a expansão do conceito de golpe de Estado para o registro da ciência política. É isso que interessa ao Bignotto quando ele analisa no sexto capítulo as reformulações do conceito de golpe de Estado operadas pelos ideólogos do nazismo e do fascismo.

Nesse contexto, se destaca o livro “Technique du Coup d’État” do Curzio Malaparte publicado em 1931. Mesmo a despeito de toda sua fragilidade teórica, ao definir o golpe de Estado como uma técnica que usa as forças materiais de modo racional e controlado para ocupar o poder ele agregou uma nova camada de significado ao conceito de golpe de Estado: a da técnica. Nessa perspectiva, o êxito de um golpe de Estado depende muito mais de ocupar pontos estratégicos de uma cidade ou país e ter o domínio da técnica para executá-lo do que das contingências (BIGNOTTO, 2021, pp. 294-297).

O elemento da técnica no conceito de golpe de Estado marcou a sua expansão para a ciência política. Na abordagem da ciência política, o elemento da técnica estimulou pesquisas quantitativas sobre os golpes de Estado bem como a pretensão de prever esse tipo de acontecimentos mobilizando alguns fatores que poderiam causá-lo. Desse modo, os cientistas políticos descartam a noção maquiaveliana de fortuna para compreender os golpes de Estado na medida em que eles podem ser previsíveis se aplicarmos esses fatores mobilizados pela literatura recente. Contra essa tradição, o autor argumenta que ao eliminar toda contingência de suas análises, o cientista político “acaba limitando o alcance de suas observações no lugar de conferir-lhes maior cientificidade e objetividade” (BIGNOTTO, 2021, p. 350).

Como bom maquiaveliano, no último capítulo, Bignotto usou as próprias armas da ciência política para ressaltar a importância da fortuna na compreensão dos golpes de Estado. Mencionando a pesquisa realizada pelos economistas Martin Gassebner, Jerg Gutmann e Stefan Voigt, que aplicaram 66 fatores mobilizados pela literatura recente à 164 países diferentes e perceberam que não se mostravam eficazes para prever os golpes de Estado Bignotto aponta para os limites dessa abordagem ao mesmo tempo que resgata a noção maquiaveliana de fortuna (BIGNOTTO, 2021, p. 361). Desse modo, mesmo não sendo um livro sobre o secretário florentino, Bignotto começa e termina o livro com Maquiavel.

À fim de conclusão, podemos identificar dois “pontos fracos” e dois pontos fortes no livro. O primeiro “ponto fraco” é que o leitor menos atento poderia se confundir com o fato de o autor ter modificado outras publicações, como é o caso do primeiro capítulo (Cf. BIGNOTTO, 2021, p. 49, nota 1) e do item dedicado ao Carl Schmitt (Cf. BIGNOTTO, 2021, p. 277, nota 36) no quinto capítulo. Em cada capítulo o autor formula hipóteses que pretende defender com as suas interpretações que, se o leitor fizer uma leitura fragmentada do livro pode causar a impressão de que o autor desenvolve hipóteses paralelas ou que não se relacionam com a hipótese fundamental do livro. Esse problema é facilmente contornado quando o leitor faz uma leitura integral do livro e percebe que o desenvolvimento dos capítulos corrobora com a hipótese fundamental do livro.

Outro “ponto fraco” é que o leitor que leu a última publicação do autor provavelmente esperaria um final no mesmo estilo. Quer dizer, esperaria que o posicionamento de Bignotto no prefácio do livro fosse reforçado por uma análise mais detalhada do *impeachment* da Dilma. De qualquer modo, ao desenvolver a gênese do conceito de golpe de Estado e mostrar todas suas camadas de significados, o autor oferece ao leitor as condições de examinar um acontecimento político e aplicar o conceito.

Os dois pontos fortes é que Bignotto parece responder, ao mesmo tempo, ao senso comum e ao meio acadêmico. O senso comum frequentemente mobiliza a “teoria da Torre de Marfim” contra os intelectuais brasileiros. Para essa perspectiva, ao darem continuidade à sua formação acadêmica, nossos intelectuais se omitiram diante dos acontecimentos políticos do nosso país e formularam teorias que não levam nossa realidade social em consideração. No livro anterior, “Brasil à procura da Democracia: da Proclamação da República ao século XXI (1889-2018)” publicado em 2020, Bignotto demonstrou que essa acusação é falsa. Um dos pontos de continuidade entre o livro anterior e o atual parece ser justamente esse: ao esclarecer um conceito que circula no nosso debate político e entrar na disputa semântica em torno desse conceito, Bignotto aponta

para uma das possibilidades que o filósofo tem de entrar no debate político e intervir na esfera pública: a disputa semântica. Já o meio acadêmico vem colocando a figura do cânone em xeque como se esse fosse um obstáculo para fazer filosofia. Nas suas duas últimas publicações Newton Bignotto não deixou Maquiavel de lado, que é o cânone sobre o qual se tornou um especialista. Nessas duas últimas publicações não caberia acusar Bignotto de ter feito história da filosofia e não filosofia. Bignotto fez e faz filosofia. Isso abre a possibilidade de pensarmos que talvez, o problema não seja a presença do cânone e sim a insistência em *pensar sobre* um filósofo e a dificuldade de *pensar com* um filósofo.

REFERÊNCIAS

BIGNOTTO, Newton. *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIGNOTTO, Newton. *O Brasil à procura da democracia: Da Proclamação da República ao século XXI (1889-2018)*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

BIGNOTTO, Newton. *Golpe de Estado: história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

LEFORT, Claude. Filósofo?. In: LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso, 1999.